

## **Resumo**

Apesar dos avanços após dezesseis anos da promulgação da Lei 10.639/03, pesquisas apontam que as religiões de matrizes africanas ainda enfrentam atitudes discriminatórias e desrespeitosas no universo escolar brasileiro, caracterizando um preconceito sobre todo o universo religioso contido na cultura negra. E o espaço escolar do ensino médio integrado à educação profissional, nos Institutos Federais, está inserido nesse cenário. O objetivo central deste estudo buscou refletir sobre a importância da educação afro-brasileira e da cultura africana no contexto do ensino profissional e tecnológico como instrumento de inserção cultural e combate à intolerância religiosa e investigar se uma instituição de ensino, dessa modalidade educacional, insere em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio os preceitos da Lei 10.639/03 quanto à promoção da tolerância étnico-racial, cultural e religiosa. As discussões empreendidas caminharam no sentido de averiguar se a temática religiosa afro-brasileira está presente nos documentos norteadores escolares da educação profissional e tecnológica e sendo discutidas como uma questão importante para estabelecer práticas de uma educação que contemple a diversidade étnico-cultural brasileira e para atender ao que preconiza a Lei 10.639/03. Quanto aos procedimentos metodológicos do trabalho, ergueu-se um estudo exploratório, bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa. O estudo pormenorizado dos documentos institucionais foi realizado através de Análise de Conteúdo. Os resultados da pesquisa mostraram que a temática africana e afro-brasileira proposta pela Lei 10.639/03 não se apresentou contemplada devidamente na educação profissional e tecnológica, evidenciando uma negligência no cumprimento da normativa legal, comprometendo a excelência educacional proposta pelos Institutos Federais. A pesquisa concluiu que os documentos institucionais balizadores das ações organizacionais e pedagógicas do Instituto Federal Fluminense não atuam como instrumentos capazes de promover a tolerância religiosa, comprometendo a formação humanística e profissional de seus discentes e o repensar sobre a problemática da intolerância étnico-racial, cultural e religiosa.